



ALEXANDER FERRAZ



MATEUS TAGE

Trabalho foi apresentado, ontem de manhã, em audiência pública na Associação Comercial de Santos

Requalificação da malha cicloviária nos municípios foi um dos aspectos abordados no estudo regional

Sai relatório do Plano de Mobilidade

Objetivo é oferecer condições para melhorar a circulação de pessoas, a pé ou em veículos, nas nove cidades da Baixada Santista

ANDERSON FIRMINO

DA REDAÇÃO

A mobilidade na Baixada Santista ganhou novo impulso ontem. Foi apresentado pela Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem), em audiência pública na Associação Comercial de Santos (ACS), o relatório de estudos para o Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista (PRMSL-BS). O estudo foi feito com financiamento do Programa Euroclima+, da União Europeia e em parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Ele deve ser finalizado neste mês e apresentado aos prefeitos em fevereiro, no 2º Fórum Metropolitano do PRMSL-BS. Ali, deve ser assinado um Pacto Metropolitano de Mobilidade.

A apresentação foi feita pelo coordenador técnico do Plano de Mobilidade, Luis Fernando Di Pierro. As sugestões compreendem três setores: cicloviário, de transporte público coletivo e de sistema viário e circulação. Uma quarta vertente abrange temas transversais, que percorrem todos os sistemas.

Entre eles, está a questão de gênero, abordada, segundo o especialista, pela primeira vez em estudos deste tipo. “Ela é fundamental porque não era considerada nos estudos anteriores. Não existe gênero neutro no transporte, é uma ideia equivocada. Não leva em consideração a diversidade de identidades, papéis sociais e comportamentos de grupos, limitando o alcance das políticas públicas”, reforçou Di Pierro, durante



MATEUS TAGE

Melhorias no entorno dos pontos de ônibus foram outro elemento mencionado no plano, financiado por um programa europeu. Levaram-se em consideração sugestões populares

sua apresentação.

Ele lembrou que se ouviram setores da sociedade, nos quais se identificaram problemas relevantes de dimensão metropolitana.

“O que acho mais importante é que os municípios gestores da área de transporte tenham essa visão voltada para a metrópole, não só o seu município. É preciso pensar a mobilidade de forma mais ampla”, avaliou.

PROPOSTAS

Para o modal cicloviário, al-

guas sugestões apresentadas no relatório são a requalificação da malha cicloviária nos municípios, uma ciclovia de interesse metropolitano, a implantação de bicicletários em terminais, com capacidade unitária de 50 bicicletas, e um sistema de monitoramento, com assistência aos usuários desse meio.

Com relação ao plano de transporte coletivo, há propostas de corredores estruturais de transporte coletivo, adoção do BRT (trans-

porte rápido por ônibus), ampliação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e melhorias no entorno dos pontos de ônibus, a fim de aprimorar o serviço.

Quanto ao sistema viário regional, projetam-se melhor circulação para ônibus, veículos de carga e veículos em geral, favorecendo os aspectos de fluidez e, sobretudo, segurança; a duplicação da Curva do S, em Praia Grande; e a abertura de pistas marginais na Rodovia Padre Manuel da

Nóbrega (Mongaguá, Itanhaém e Peruibe), num total de 64,3 quilômetros em cada sentido.

NOVA REALIDADE

De acordo com o diretor-executivo da Agem, Milton Gonçalves, o ganho com a instituição do plano para os municípios da região será enorme. Ele pediu apoio dos parlamentares da Baixada na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal para ajudar a tirar as ideias do papel. Também é neces-

sário aguardar os movimentos do governador eleito Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos).

“Há 26 anos, a região metropolitana sonhava com isso. Posso dizer que, sem dúvida, a partir do momento em que esse plano estiver pronto e for entregue aos prefeitos, em fevereiro, passando pela aprovação do Condesb (Conselho de Desenvolvimento da Região), tenho certeza de que a mobilidade da Baixada será outra.”